



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1312/13	DATA: 04/09/2013
INÍCIO: 16h49min	TÉRMINO: 17h15min	DURAÇÃO: 26min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 26min	PÁGINAS: 11	QUARTOS: 6

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: apreciação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

Nós vamos ter a seguinte Ordem do Dia: como ponto único, apreciação de requerimentos.

Então, vamos à apreciação dos requerimentos.

Requerimento nº 141, de 2013, da Deputada Liliam Sá, que requer sejam convocados, para prestarem esclarecimento sobre o caso conhecido como Meninas de Guarus, os seguintes depoentes: o ex-Vereador Nelson Nahim, que, em 2009, foi Presidente Municipal de Campos dos Goytacazes, e o ex-Vereador Mário Lopes.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

O requerimento foi aprovado.

O segundo requerimento, da Deputada Liliam Sá, é o Requerimento nº 142, de 2013, que requer que seja convocado para prestar esclarecimento o Sr. Fábio Martins Marques, ex-sócio da Agência de Modelos Mega Models.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O requerimento foi aprovado.

Item nº 3. Requerimento nº 143, de 2013, da Deputada Liliam Sá, que requer seja requisitada à Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis cópia de todos os repasses de verbas e subvenções efetuadas à instituição conhecida como Creche do Duduco, nos anos de 2007 e 2013.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O requerimento foi aprovado.

Eu passo a Presidência para o Deputado Jean Wyllys, tendo em vista que o próximo requerimento é de minha autoria, em atendimento ao disposto no art. 17, § 2º, do Regimento Interno.

Com a palavra, então, o Deputado Jean Wyllys, na condição de Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Obrigado, Deputada Erika Kokay.



Vamos à apreciação do Requerimento nº 144, de 2013, da Deputada Erika Kokay, que requer que sejam intimados a prestar depoimento perante esta CPI, na condição de testemunhas, os Srs. Wesley Marcelo do Carmo e Guilherme Alberto da Costa.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu repasso a Presidência da sessão à Deputada Erika Kokay.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, eu queria apenas prestar alguns informes.

Nós estivemos em Santa Catarina, Florianópolis, na semana passada, e ali tivemos uma série de contatos para investigar o caso que envolve um ex-Deputado, que, segundo as denúncias, promovia uma situação de abuso e violência sexual das pessoas abrigadas em um lar que era de sua iniciativa. Ao constatar que havia suspeitas ou denúncias de que essa pessoa estaria se aproximando das supostas vítimas, solicitamos que fossem tomadas providências nesse sentido, tanto para o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado quanto para o Procurador-Chefe do Ministério Público, também do Estado de Santa Catarina. Nós recebemos a notícia de que foi decretada a prisão preventiva, obviamente, a partir de todas as avaliações que foram colhidas e as investigações procedidas por aqueles órgãos.

Também anuncio que nós tivemos a informação de que foi instaurada, pela Câmara de Vereadores de Coari, uma CPI para investigar denúncias de malversação de recursos públicos que envolvem algumas condições e fatos específicos do Prefeito Adail Pinheiro, que esteve depondo aqui nesta CPI.

Portanto, nós achamos que o trabalho da CPI tem-se desdobrado em ações do conjunto dos órgãos públicos, na perspectiva de que nós possamos romper um grande desafio, que é o manto da impunidade, que esta CPI já atestou nos diversos trabalhos que foram desenvolvidos. Nós colhemos muitos depoimentos em Santa Catarina, estivemos com várias instituições, realizamos também uma rica audiência pública.

Nesse sentido, eu queria deixar aqui os agradecimentos ao Presidente da Assembleia Legislativa e também à Deputada Ana Paula Lima, que tiveram a



sensibilidade, a generosidade de nos acolher, com muito carinho e com muita disposição, para que pudéssemos proceder às investigações necessárias desta CPI.

Portanto, nós vamos, em breve, divulgar para as Deputadas e Deputados o roteiro das próximas visitas e vamos também colher vários depoimentos aqui mesmo, nesta Câmara, no que diz respeito aos casos que estamos investigando de forma emblemática. Provavelmente teremos uma ida... As nossas próximas viagens dizem respeito ao retorno ao Município de Manaus, como já foi acordado anteriormente, junto com outros órgãos públicos, para procedermos à continuidade das investigações a partir dessa força-tarefa. Mas também há a intenção de que possamos ir ao Estado do Acre, atendendo a um requerimento da Deputada Antônia Lúcia, e também ao Estado da Paraíba, no interior — já estivemos na Capital, João Pessoa —, atendendo a um requerimento do Deputado Luiz Couto. Portanto, nós temos a previsão de retornar, ainda este mês, ao Estado do Amazonas para concluir um processo de investigação — e vamos estar juntos com os órgãos públicos — que envolve o Município de Coari.

Mas, em seguida, nós vamos ao Rio de Janeiro, a Campos de Goytacazes, o que já estava previsto, e depois ao Estado do Acre e ao Estado da Paraíba. É nossa intenção, para além do Estado de São Paulo, por um requerimento da Deputada Keiko Ota.

Portanto, nós procederemos à próxima diligência em Coari, no Rio de Janeiro — estas estavam previstas, precisamos dar prosseguimento —, no Estado do Acre, na Paraíba, no interior, e em São Paulo. Essa é a previsão para este mês de setembro e para o próximo mês de outubro. Nós devemos, até o final de outubro, cumprir essas visitas.

Nós vamos conversar, vamos tentar estabelecer uma agenda e vamos passar as sugestões de datas para as autoras e os autores dos requerimentos, porque, obviamente, é fundamental que as datas sejam compatíveis com a agenda dos Parlamentares que solicitaram as diligências. A nossa previsão é estarmos realizando essas diligências nesses Estados, fazendo essas viagens até o final do mês de outubro.

E devemos organizar, provavelmente no mês de novembro, um seminário acerca das grandes obras. Nós vamos apresentar uma proposta para que possamos



realizar esse seminário. A previsão seria realizarmos em agosto. Nós não tivemos condições de fazê-lo, em função da demanda, que foi muito intensa, desta CPI. Mas devemos realizar esse seminário provavelmente no mês de novembro.

É um pouco o calendário que está proposto neste momento.

Vou repetir: nós voltamos ao Estado do Amazonas e vamos de novo ao Município de Coari; vamos ao Rio de Janeiro, inclusive a Campos de Goytacazes; vamos ao Estado do Acre; vamos à Paraíba e vamos ao Estado de São Paulo, para proceder a essas diligências solicitadas pelos Parlamentares.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sra. Presidenta, no dia 23 de agosto, foi presa no Rio Grande do Sul a Claci de Fátima Moraes da Silva. É aquela que levava pessoas do Rio Grande do Sul para o Xingu. Eu pergunto se ela foi ouvida. *(Pausa)* Não? É porque naquela ida lá ao Pará não teve...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós não fomos ao Pará.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não fomos ao Pará.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O Pará está numa situação...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ao Pará, nós temos a intenção de ir. Podemos aqui colocar, depois do Estado de São Paulo, para irmos ao Pará. Há requerimento aprovado para irmos àquele Estado, mas ainda não tivemos a condição de assim proceder.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É que essa Claci, que era aliciadora, foi presa no dia 22 no Rio Grande do Sul, lá em Passo Fundo. Foi uma ação conjunta dos Delegados do Pará, Aline Ferreira e Fernando Rocha, e também delegados lá do Sul.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deputado, essa diligência que o senhor solicitou no interior da Paraíba é relativa a este caso?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - De quê? Não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não é?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não. A diligência foi acerca do... Há essa diligência?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor está solicitando que possamos ir para...



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, eu estou apenas perguntando se tem algum requerimento, ou a Claci já foi ouvida.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Porque ela foi indiciada pelos seguintes crimes: trabalho escravo, tráfico de pessoas, exploração sexual, corrupção de menor e formação de quadrilha.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Veja, Deputado, solicitamos ao senhor que faça um requerimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, eu estou perguntando se tem algum.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, não tem.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não tem? Então, eu vou fazer um requerimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Faça um requerimento, que podemos escutá-la em Passo Fundo e também aproveitar para fazer uma audiência pública ou uma discussão no Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu acho que eles estão levando-a para o Pará, porque ela foi presa numa ação direta de delegados do Pará, do Núcleo de Inteligência da Polícia Civil. Como ela tem processos no Pará, e isso tudo foi no Pará, ela deve ser levada...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Para o Pará, nós vamos depois de São Paulo, porque há requerimento aprovado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, eu estou dizendo o seguinte: no caso, é fazer o requerimento para que ela seja ouvida.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Faça o requerimento para que ela seja ouvida, porque, se ela estivesse em liberdade, poderíamos escutá-la ou colher o depoimento dela aqui. Como ela está em restrição de liberdade, nós temos que colher o depoimento onde ela estiver.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ela estava foragida. Foi encontrada agora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ela foi encontrada. Então, como o senhor está dizendo que pode ser que ela será transferida do Rio Grande do Sul para o Estado do Pará, nós temos uma diligência aprovada para o Estado do Pará, que nós vamos realizar depois da ida ao Estado de São Paulo. Portanto,



solicito ao senhor que, se puder, faça um requerimento para que possamos escutar especificamente essa senhora. Nós iremos proceder às efetivas condições operacionais para escutá-la.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Está o.k.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas a previsão é Amazonas, Rio de Janeiro, Acre, Paraíba, São Paulo e Pará. E se prevê um seminário sobre as grandes obras. Pretendemos realizá-lo no mês de novembro. Obviamente, nós vamos nos sentar com a Secretaria da Comissão, vamos sugerir datas e vamos consultar os autores, bem como a Relatora, para verificar se há disponibilidade de agenda para efetivarmos essas visitas.

Eu gostaria de perguntar aos Deputados e às Deputadas se querem se pronunciar sobre mais algum aspecto. (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Perdão, eu gostaria de que V.Exa. falasse sobre a diligência em Santa Catarina.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós estivemos em Santa Catarina nos dias 29 e 30. Nós realizamos uma audiência pública na Assembleia Legislativa — e mais uma vez quero agradecer à Assembleia Legislativa a estrutura que possibilitou a esta CPI. Em seguida, nós tivemos uma reunião com o Procurador-Chefe do Ministério Público, tivemos uma reunião com o Presidente do Tribunal de Justiça daquele Estado e colhemos uma série de depoimentos de pessoas, testemunhas e supostas vítimas de um processo que está em curso naquele Estado, na Justiça, o qual corre inclusive em segredo de justiça, com envolvimento de um ex-Deputado Estadual daquele Estado.

No correr da audiência pública, nós tivemos a notícia de uma denúncia de que ele estaria abordando as supostas vítimas. Nesse sentido, nós repassamos essa denúncia, bem como outras. Nós tivemos algumas sugestões, extremamente interessantes, de mudanças legislativas. Uma das sugestões diz respeito à obrigatoriedade de comunicação — dos tribunais criminais ou das varas criminais — à vara da infância acerca de todo o processo que envolva crianças e adolescentes na condição de “vitimizados”, para que estas tenham acompanhamento. A outra sugestão diz respeito às medidas de prisão preventiva todas as vezes que as



vítimas de alguma forma se sentirem ameaçadas. Seria uma mudança no Código de Processo Penal, no art. 312. São duas sugestões que nós acatamos. Em relação a outras, nós temos mais dificuldades de fazê-lo; mas estas nós acatamos.

Obviamente, no Estado de Santa Catarina, nós vamos perceber um fenômeno, o fenômeno da morosidade nos processos de impunidade, embora nós tenhamos que reconhecer o trabalho que foi desenvolvido pela Polícia, pelo Ministério Público, os quais estão extremamente atentos. Há o comprometimento de vários magistrados na causa de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Nós estivemos também com o Secretário titular da Casa Civil, representando o Governo do Estado, a quem foi solicitado que o Estado organizasse o seu plano de enfrentamento, o que é um instrumento extremamente importante e, creio eu, imprescindível para que se possa fazer o enfrentamento, com o envolvimento de todas as etapas, inclusive políticas de prevenção e de promoção de direitos, enfim. E o Estado não tem um plano de enfrentamento. Nesse sentido, houve o compromisso do titular da Casa Civil do Estado de que ia organizar, fazer esse plano.

E nós encaramos que a questão que envolve esse ex-Deputado é extremamente emblemática, porque não se pode ter uma sensação de impunidade, uma sensação de que nada acontece, porque isso contribui para a naturalização do fenômeno. E desenvolve muito medo e paralisa na capacidade das pessoas de denunciar.

Ao mesmo tempo, nós também estamos fazendo os levantamentos do número de CREAS, do número de CRAS, das estruturas. E nós tivemos ali na Grande Florianópolis, num Município chamado São José, a informação de que existe uma fila imensa, uma demanda reprimida muito grande de atendimento nas estruturas do SUAS, o que é inadmissível. Então, nós vamos depois proceder a este relatório.

E tivemos a preocupação — frente à denúncia de que o suposto agressor estaria assediando as supostas vítimas — de protegê-las, de proteger essas crianças, porque sentimos, no depoimento das supostas vítimas, muito medo, como sentimos em outros locais, particularmente em Coari. Sentimos isso em Três Corações e temos sentido em todos os lugares. Quando há a sensação de



impunidade, isso se expressa em muito medo das testemunhas, das supostas vítimas, porque sentem que há o sentimento de aporia, aporético, de que nada vai resolver, de que não tem poro, de que o Estado tem uma condição de impossibilidade de ação, que vai fazer com que elas sejam eternamente “vitimizadas”.

Então, eu penso que decretar a prisão preventiva do suposto agressor é uma conquista, eu diria, da CPI, sem prejuízo ou sem resvalar para um juízo de que o Estado de Santa Catarina — quando falo do Estado, refiro-me aos organismos que representam o Estado —, as instituições não tomariam essa providência. Mas nós insistimos muito nessa questão da proteção das supostas vítimas, inclusive para possibilitar que as investigações... Havia a notícia de que o Ministério Público estaria já entregando a conclusão da sua investigação para o Poder Judiciário. Nós solicitamos celeridade, porque entendemos que prioridade absoluta também é prioridade do Poder Judiciário, para dar prevalência às causas que envolvam a criança e o adolescente.

E nós temos problemas, problemas com ausência de varas, com estruturas ainda aquém da necessidade no que diz respeito à Polícia, às Polícias especializadas. Enfim, não é um quadro que carrega tanta diferença. Nós sentimos, como sentimos em todos os lugares, que há muitas pessoas comprometidas. Ali tivemos a presença de juízas — inclusive uma juíza muito comprometida, da sociedade civil —, de conselheiros tutelares, enfim. Porque a prevenção preventiva se deu em função de novas denúncias colhidas por esta CPI. Esta CPI colheu essas denúncias e as encaminhou para os órgãos, que têm o dever e o poder de proceder às investigações e tomar as ações necessárias. Em função das novas denúncias que foram colhidas por esta CPI é que se deu a prisão preventiva, para que o processo de investigação e o processo judicial não sofram qualquer tipo de contaminação.

E creio também que esta CPI contribuiu, ao publicizar as relações promíscuas que, tudo indica, estão permeando as estruturas de Estado do Município de Coari, pelo que se pode depreender das notícias que estão circulando. Achamos que foi importante a atuação desta CPI para que nós tivéssemos um instrumento



extremamente precioso de investigação: uma CPI instaurada no Município de Coari pela Câmara de Vereadores.

Acho que são coisas importantes para que nós possamos... Vejam, nós não estamos fazendo nenhum prejulgamento de quem quer que seja, nós não estamos fazendo uma pré-condenação. O que nós estamos desenvolvendo, o que nós estamos defendendo é que haja uma investigação que não deixe dúvidas à sociedade, nem dúvidas de que nós temos um Estado Democrático de Direito que é sólido e forte o suficiente para proceder e assegurar direitos de crianças e adolescentes e para punir os culpados. Então, nós queremos que haja um processo de investigação e que não haja qualquer tipo de dúvida, ou que nós não tenhamos nenhuma sensação de impunidade ou de leniência ou conivência dos órgãos públicos com os criminosos.

Por isso, nós aprovamos aqui a continuidade dos depoimentos. Vamos tentar conseguir para a próxima semana os depoimentos de Três Corações. Seriam pessoas que são citadas no processo, o próprio delegado que conduziu o processo... Porque é preciso que tenhamos segurança de que não houve qualquer tipo de complacência, de que esses órgãos cumpriram as funções que deveriam cumprir, que a sociedade lhes atribuiu, que a Constituição lhes atribuiu e que a luta do povo brasileiro lhes atribuiu ou lhes concedeu, para que sejam exercidas.

Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Deputada Erika Kokay, V.Exa. nos indicou para também na nossa ida ao Pará, e também a nossa assessoria, juntamente com o Deputado Jordy, que também foi designado... Nas falas que nós tivemos lá em Belém, e soubemos também lá no Oiapoque, há muitos casos de exploração sexual. O Manoel, que ficou com a documentação, deverá depois encaminhar, também com os depoimentos que foram feitos para a CPI da Exploração Sexual.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O Deputado Luiz Couto esteve representando esta CPI numa diligência da CPI do Tráfico, que solicitou que estivéssemos também representados. Como o Deputado Luiz Couto tem acompanhado também a CPI do Tráfico e carrega uma história que exige de nós o maior respeito e admiração, o Deputado Luiz Couto foi representando esta CPI na



diligência organizada pela CPI do Tráfico ao Estado do Amapá e à região do Oiapoque. E depois o Deputado disse que encaminhará uma...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O secretário Manoel Alvim é quem pegou toda a documentação e também os relatórios que vão ser degravados. Aquilo que for específico da CPI, ele encaminhará depois para a Secretaria da Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim, ótimo. Aguardaremos. Tão logo chegue a esta Comissão, nós vamos passar para o conjunto dos Deputados e Deputadas.

Portanto, vamos ao Amazonas, ao Rio de Janeiro, ao Acre, a Paraíba, a São Paulo e ao Estado do Pará. Essa é a nossa programação até o final do mês de outubro. E a realização do seminário sobre grandes obras tem previsão para o mês de novembro. Vamos obviamente consultar todos os autores e a Relatora, para que possamos estabelecer essa agenda, que será largamente divulgada a todos os membros desta CPI.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião, convocando para a próxima terça-feira, dia 10 de setembro, às 14h30min, uma nova reunião, que terá dois pontos de pauta: apreciação de requerimentos e tomada de depoimento das seguintes testemunhas — que ainda serão informadas sobre isso: Wesley Marcelo do Carmo e Guilherme Alberto da Costa, requerimentos que foram aprovados no dia de hoje, que dizem respeito a dois jovens que, segundo o inquérito que está em curso no Município de Três Corações, teriam se apossado de uma fita, a fita que originou toda a investigação desta CPI, e teriam tentado uma extorsão, com um *pen drive*; e que esse *pen drive* foi nitidamente adulterado. É um depoimento importante para nós esclarecermos algumas dúvidas: quem adulterou o *pen drive*; quem adulterou as fotos; quem possibilitou que o acusado, que é Presidente da Câmara de Vereadores, pudesse dizer que foram seus amigos que investigaram e tal. Porque o acusado anunciou, nos seus instrumentos de comunicação via Internet, que teriam sido divulgadas fotos... ou que fotos teriam sido adulteradas. E realmente as fotos que ele divulgou foram adulteradas. Quem adulterou essas fotos, não é?

Em função disso é que nós convidaremos todos os Deputados, que sempre contribuem para que nós possamos esclarecer essas dúvidas acerca do Município



de Três Corações, que já recebeu esta CPI. E esta CPI colheu uma série de depoimentos, mas precisa ainda colher outros depoimentos, para que nós tenhamos sanadas todas as dúvidas e possamos apresentar um relatório que seja inconteste na sua veracidade e na sua profundidade.

Com essas palavras, convocando a reunião para a próxima terça, declaro encerrada a presente reunião.